

Gabriel Diogo Martins

Psicologia
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

São Paulo
2024

Gabriel Diogo Martins

Negritude e saúde: aquilombamento como produtor de saúde no território da Brasilândia

Psicologia
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Trabalho de Conclusão de Curso como exigência parcial para a graduação no Curso de Psicologia
sob orientação da: Prof. Dr. Renata Paparelli

São Paulo
2024

Antonio Bispo dos Santos morreu no dia 3 de Dezembro de 2023, um dia antes do meu aniversário. O ano de 2023 marcou um momento crucial nos meus estudos e vivências em torno do quilombamento e de minha própria negritude. Bispo, é uma das principais referências que seguem comigo nesta jornada. Início meu texto com uma passagem sua, me posicionando ética e epistemologicamente. Antonio Bispo está mais vivo do que nunca, a partir daqueles que confluem com ele sua morte é um novo começo, e por isso ele quem começa minha escrita. Como ele próprio gostava de dizer “começo, meio e começo”.

“Os indígenas viviam no Brasil em um sistema de cosmologia politeísta. Viviam integrados cosmologicamente, não viviam humanisticamente. Chegaram então os portugueses com as suas humanidades, e tentaram aplicá-las às cosmologias dos nossos povos. Não funcionou. Surgiu assim o contracolonialismo. O contracolonialismo é simples: é você querer me colonizar e eu não aceitar que você me colonize, é eu me defender. O contracolonialismo é um modo de vida diferente do colonialismo. O contracolonialismo praticado pelos africanos vem desde a África. É um modo de vida que ninguém tinha nomeado. Podemos falar do modo de vida indígena, do modo de vida quilombola, do modo de vida banto, do modo de vida iorubá. Seria simples dizer assim. Mas se dissermos assim, não enfraqueceremos o colonialismo. Trouxemos a palavra contracolonialismo para enfraquecer o colonialismo. Já que o referencial de um extremo é o outro, tomamos o próprio colonialismo. Criamos um antídoto: estamos tirando o veneno do colonialismo para transformá-lo em antídoto contra ele próprio.” (Bispo, 2023, p. 58)



Colagem por Clara Maria, 2022.

Agradecimentos

Agradeço a aqueles que me acompanham desde o começo do começo, por todo apoio e amor, sem vocês eu não chegaria aqui.

Agradeço a meu pai, Amadeu, por ser minha referência como homem preto, por me contar histórias sobre os quilombos desde que me entendo por gente, por me trazer a história de nossos antepassados em música e espiritualidade.

Agradeço a minha mãe, parceira de conversas e de estudos, por me ensinar a seguir e lutar por meus sonhos, por andar ao meu lado, em nossa jornada de reconhecimento de nossa própria negritude.

Agradeço a minha geração avó, por ensinamentos que me fazem hoje um profissional da saúde.

Agradeço a minha vó Neves, minha primeira professora, agradeço por todo cuidado e apoio, principalmente quando moramos juntos. Pelos ensinamentos de plantas medicinais e alimentares.

Agradeço a meu vô Ivo, por me ensinar a cuidar dos outros, e a lutar por mudanças sociais e políticas.

Agradeço a meu vô Amadeu, grande patriarca e curandeiro, ponte entre nossos antepassados e conterrâneos, por me ensinar sobre nossa história, e por transmitir conhecimentos ancestrais, mantendo-os vivos.

Agradeço a minha vó Iza, e junto dela a minha tia Ju, matriarcas que fazem de sua própria casa um Kilombo, lugar de pertencimento, de cultura, de vida.

Agradeço a família Martins, por me ensinarem o que é negritude antes mesmo de eu aprender a falar, pelas rodas de samba, pelas giras, pelos churrascos e por nunca me deixarem esquecer que também pertenço ali.

Agradeço às mestras e mestres, que vieram antes de mim, e abriram os caminhos para que eu pudesse passar.

Agradeço a Estefânia, por vislumbrar para mim futuros com os quais hoje eu sonho. Por me ajudar a escolher o tema da presente pesquisa. Por me ensinar a partir do exemplo e da liderança.

Agradeço a Anderson, por me receber sempre de braços abertos, segurando o peso das responsabilidades nas costas, para que eu pudesse ter a leveza de ser jovem.

Agradeço a Elisa e Isabela, por me colocarem em contato com o Kilombrasa, e pelos ensinamentos da prática e da teoria na saúde.

Agradeço a Henrique, professor na universidade, na saúde, e nos bares da vida.

Agradeço a todas integrantes do Kilombra e do Kilombrasa, pelo acolhimento e por inventarem futuros pelos quais vale lutar. Por me ensinarem sobre racialidade e negritude a partir do afeto e da alegria.

Agradeço a Renata pela orientação e pela parceria.

Agradeço a todas que tornaram minha jornada possível, por serem companheiras nessa jornada, e por emprestarem as próprias ferramentas quando os obstáculos cobriam o horizonte.

Agradeço a Clara, por ser casa, para onde retornar e descansar ao fim do dia, por ser clareira que ajuda a saber onde pisar no meio dos trajetos e clarão no fim do túnel, por ser esperança de futuro. Por me ensinar sobre ética e companheirismo, sobre estética e amor.

Agradeço a Carol, e a família Ruiz, por terem sido família pra mim, não me deixando parar de sonhar mesmo quando o sonho parecia impossível.

Agradeço a David e Valentina, por caminharem ao meu lado durante toda essa trajetória, companheiros de trocas teóricas, de militância, e de abraços.

Agradeço a Charão, Victor, Freitas, e todas as outras companheiras de PUC, que estiveram comigo dia após dia, aprendendo e ensinando umas às outras, e que seguirão por novos trajetos a serem desbravados.

Agradeço a Clarice por caminhar de mãos dadas nas navegações da saúde, por compartilhar sonhos. Por me surpreender mais uma vez ao me apresentar uma psicanálise na qual me sinto contemplado, e que veio a ser uma das principais fontes de estudo para essa pesquisa.

RESUMO

O texto “Negritude e saúde: aquilombamento como produtor de saúde no território da Brasilândia” escrito por Gabriel Diogo Martins, 2024, e orientado por Renata Paparelli, visou sistematizar as observações e reflexões de um estagiário da saúde no território da Brasilândia. A partir da inserção no território do Kilombrasa e do Kilombra, dispositivos de aquilombamento na saúde, questões como a disparidade entre autodeclaração e heteroidentificação surgiram no cotidiano das trabalhadoras. Para o desenvolvimento dessas questões, foram realizados diálogos com autoras e autores negras, conceitualizando negritude e aquilombamento. Dessa forma foi possível entender as estratégias e intervenções dos quilombos, em direção ao enfrentamento do racismo na instituição da saúde, apoiados pela Política Nacional de Saúde Integral da População Negra.

Palavras-chave: Aquilombamento; Saúde da população negra; Negritude; Autodeclaração e Heteroidentificação; Racismo; Psicologia Social.

SUMÁRIO

Agradecimentos	4
Resumo	6
SUMÁRIO	7
Introdução	8
Metodologia	10
Capítulo 1 - Relações étnico-raciais: raça e racismo no Brasil	11
1.1 Raça: do biológico ao social.....	11
1.2. Racismo institucional e Estrutural.....	12
1.3 Atenção Básica no Brasil e em São Paulo.....	14
1.4 Política Nacional de Saúde Integral da População Negra.....	15
1.5 Aquilombamento.....	18
1.6 Identidade Racial e Negritude.....	21
Capítulo 2 - Inserção na Brasilândia	24
2.1 Kilombrasa.....	24
2.2 Kilombra.....	27
Capítulo 3 - Resultados: Desafios e potencialidades a partir da leitura histórica e da observação dos processos produzidos	35
3.1 O combate ao racismo em contraposição aos processos de trabalho na atenção básica..	35
3.2 Heteroidentificação e Autodeclaração.....	37
Considerações Finais	40
Citações	41

Introdução

Em 2023, estive inserido no território da Brasilândia¹, como estagiário, acompanhando serviços e profissionais da saúde, dentre os quais destacarei dois dispositivos, devido a sua potência, o Kilombrasa e o Kilombra, espaços espaços de mobilização da rede do território, em torno da pauta de saúde da população negra. Minha inserção através da parceria da universidade com a rede de saúde do território em questão, possibilitou minha participação em atividades tais como reuniões, fóruns, visitas domiciliares, educação permanente, entre outros. A partir dessa participação, pude observar coletivos e trabalhadoras desempenharem intervenções ancoradas nos princípios do SUS (Sistema Único de Saúde) e da PNSIPN (Política Nacional de Saúde Integral da População Negra).

O trabalho aqui proposto parte dessa vivência enquanto estagiário negro nos dispositivos de saúde da Brasilândia, queque gerou aprendizados e reflexões nas trocas com as profissionais. P. Também parte da produção de um artigo, em conjunto com as trabalhadoras responsáveis pelo Kilombra, bem como a equipe de estágio², no qual sistematizamos e analisamos parte dessa experiência. Ambos iniciaram dúvidas, questionamentos, e reflexões, queque busco explorar com o presente trabalho, guiado não pela tentativa de respondê-las, mas de desenvolvê-las enquanto ferramentas, para futuras atuações.

É a partir das discussões sobre saúde da população negra nesses espaços que me deparo com as diversas dificuldades enfrentadas pelas trabalhadoras na tentativa de produzir um cuidado em saúde racializado. Dentre elas, destaco duas, que repetidamente produzem obstáculos no cotidiano dos serviços: os impasses na coleta do quesito cor; as contradições entre os processos de gestão do trabalho em saúde.

Desta forma, o presente trabalho tem como objetivo a análise do contexto histórico no qual tais obstáculos se constituíram, com foco nos retrocessos produzidos,, em nível nacional e municipal, para caracterização das atuais estruturas de gestão e nos avanços e obstáculos de implementação da PNSIPN, política de referência nacional para produção de saúde da população negra.

¹ Território na região norte de São Paulo

² Trabalhadoras: Cibele Graciano Coelho Sampaio e Jessica Santos de Almeida; Equipe de estágio: supervisora (Elisa Zaneratto Rosa), preceptora (Isabela Leite Concilio), estagiário (Flávio Altenfelder).

Para construir a análise será desenvolvida uma metodologia de sistematização das experiências vividas no campo, em diálogo com autores e autoras negras, passando pela análise da historicidade na qual os fenômenos observados se constituíram. Para isso, será necessário conceitualizar a estrutura racial brasileira, caracterizada pela constituição do racismo, estrutural e institucional, bem como a constituição da identidade racial da negritude, e ancorada nela, a tecnologia do aquilombamento. É nesse contexto político que o movimento negro reivindica a construção de uma política nacional que se responsabilize pela equalização da garantia da saúde como direito, da qual decorre a efetivação da PNSIPN.

Apesar da consolidação dessa política, ainda não há um cenário de plena implementação da mesma, seja em nível nacional ou estadual/municipal. Os processos de trabalho vigentes em 2024 na área da saúde tensionam ainda mais a possibilidade da sua implementação, tendo em vista as relações entre OSs (Organização Social em saúde: organizações privadas, responsáveis pela administração dos contratos de trabalho nos serviços de saúde) e SMS (Secretaria Municipal de Saúde), que derivam em mudanças de cunho gerencial produtivista no processo de trabalho na saúde pública, como por exemplo a política de metas de produtividade estabelecida para a atenção básica, fatores que compõem esse tensionamento.

A partir da observação participante na Brasilândia³, foi possível identificar possibilidades de rupturas desse cenário, as quais serão exploradas no presente documento.

³ Território na região norte de São Paulo

Metodologia

A pesquisa, tal como é feita aqui, é entendida como uma possibilidade de escrever sobre o vivenciado, em um exercício de memória das trocas orais e textuais. Dessa forma, as fontes que constroem as análises e reflexões aqui presentes, em sua maioria composta por negras e negros, não se limitam às citações, uma vez que grande parte foram construídas a partir de diálogos e ensinamentos vividos no próprio campo. A escrita então, surge como forma de documentação e sistematização dessas trocas. Já a memória opera através da forma como os fatos são lembrados, e não como o foram, bem como a partir de registros em diários de campo, relatórios, e registros das supervisões.

A metodologia adotada neste estudo busca compreender e interpretar as experiências vividas durante um ano de estágio em diferentes instituições no território da Brasilândia.

Os registros foram fundamentais para documentar não apenas os eventos e atividades cotidianas, mas também as reflexões, insights e questionamentos que emergiram ao longo do processo.

A análise dos dados seguiu uma abordagem temática, buscando identificar padrões, categorias e temas recorrentes que emergiram das experiências vivenciadas, percebidas por mim e também pelas trabalhadoras em campo. A partir dessa análise, foram delineadas as principais questões a serem investigadas, orientando a reflexão crítica proposta neste estudo.

Por fim, é importante ressaltar que a análise epistemológica proposta neste estudo não se restringe apenas à aplicação de conceitos teóricos pré-existentes, mas também envolve uma postura reflexiva e crítica em relação às próprias práticas e pressupostos. Nesse sentido, a metodologia adotada busca promover um diálogo interdisciplinar e intercultural, valorizando perspectivas epistemológicas produzidas por pensadoras e pensadores negros, tais como Abdias Nascimento, Emiliano de Camargo David, Mariléia de Almeida, Beatriz Nascimento, Neusa Souza, Isildinha Baptista Nogueira, Kabenguele Munanga, Silvio Almeida e Henrique Galvão, responsáveis por cunhar e desenvolver temas e conceitos como: Negritude; Identidade racial; Aquilombamento; Racismo estrutural e institucional, dentre outros.

Capítulo 1 - Relações étnico-raciais: raça e racismo no Brasil

1.1 Raça: do biológico ao social

A concepção de raça, produzida na Europa, tem como objetivo a separação entre “nós”, grupo humano, de semelhantes, o qual deve ser protegido, e “eles”, grupo a ser submetido às condições necessárias em prol da proteção ou bem estar do primeiro grupo. O mecanismo pelo qual esse processo se efetuou na colonização foi de: “descobrir e pôr em evidência as diferenças entre colonizador e colonizado, valorizá-las, em proveito do primeiro e em detrimento do último, e levá-las ao absoluto, afirmando que são definitivas e agindo para que assim se tornem” (Munanga, 2019, p.30)

Com a ascensão do cientificismo e da medicina, as antigas justificativas de caráter civilizatório religioso, para a exploração e subjugação de povos negros e indígenas, estruturadas desde o início da colonização, dão espaço às justificativas de caráter biológico.

A instituição da escravidão construiu, para os negros, a representação segundo a qual eram seres que, pela sua “carência de humanização” (porque portadores de um corpo negro, que expressava uma “diferença biológica”), inscreviam-se na escala biológica num ponto que os aproximava dos animais e coisas, seres esses que, legitimamente, constituem objetos de posse dos “indivíduos humanos”. (Nogueira, 2022. p. 56)

Para os propósitos deste documento, cabe um destaque histórico, no séc XIX, com intelectuais como o médico psiquiatra Dr. Henrique Roxo, os quais justificaram a inferioridade da “raça” negra, através de demonstrações pseudocientíficas, associando-a à loucura. Produções como esta serviram para a continuidade da legitimação de exploração através da hierarquia racial vigente nas Américas desde o início da colonialidade e diáspora africana.

O conceito de raça como elemento social questiona o caráter biológico previamente constituído:

“Convém explicar que raça aqui é entendida como noção ideológica, engendrada como critério social de distribuição e posição na classe e na cultura. Apesar de estar fundamentada em qualidades biológicas, principalmente a cor de pele, raça sempre foi definida no Brasil em termos sociais de atributo social compartilhado por um determinado grupo social, tendo em comum uma mesma gradação social, um mesmo contingente de prestígio e mesma bagagem e valores culturais.” (Souza, 2021, p.48).

É essencial o desenvolvimento do conceito de raça enquanto social para o entendimento da estrutura racial brasileira pós-abolição. Ao passo que a abolição conferiu caráter jurídico de cidadão ao negro, mas não construiu nenhuma possibilidade de inserção destes, em um mercado de trabalho que vinha se constituindo em torno da mão de obra livre. Batista (2022) explica que “A libertação da escravatura não significou para o negro, ingresso na classe trabalhadora” visto que “Após o período abolicionista, a grande massa negra, portadora de uma força de trabalho não qualificada relativamente ao processo industrial, permaneceu literalmente à margem do processo de socialização porque alijada do processo de produção.” (Nogueira, 2022. p. 57)

Desta forma, o entendimento de raça enquanto constructo social justifica o desenvolvimento da segmentação e hierarquização racial no Brasil após a superação das justificativas de raça biológica. Em uma sociedade de histórico colonial e escravocrata, os descendentes de africanos e indígenas se mantêm subjugados e explorados, dentre outros motivos, pela forma a qual foram submetidos em sua inserção no mercado capitalista, às suas margens.

1.2. Racismo institucional e Estrutural

Tomando como intencionalidade ético-política uma reivindicação de diversas pensadoras e militantes do movimento negro com as quais entrei em contato ao longo de minha jornada, decido nomear aquelas que antes de mim vieram, e valorizar suas produções não apenas como temas abordados por brasileiras, mas por pessoas negras, as quais serão nomeadas, de forma contraventora ao mito da democracia racial, que se apropria das produções dessas pessoas sem nomear suas inventividades. O presente subcapítulo será arquitetado em diálogo com o atual ministro dos direitos humanos, Sílvio Almeida, em seu texto “Racismo estrutural”.

O racismo pode ser entendido então, a partir desta concepção de raça, simplificada como “uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertençam.” (ALMEIDA, 2019, p. 22)

Na mesma página, o autor ainda considera a distinção entre racismo e preconceito racial: “preconceito racial é o juízo baseado em estereótipos acerca de indivíduos que pertençam a um determinado grupo racializado, e que pode ou não resultar em práticas discriminatórias”, e por fim, define a discriminação racial, como forma de estabelecer tratamentos diferenciados, tomando

a raça como elemento de distinção para esses tratamentos, de forma que “a discriminação tem como requisito fundamental o poder, ou seja, a possibilidade efetiva do uso da força, sem o qual não é possível atribuir vantagens ou desvantagens por conta da raça” (ALMEIDA, 2019, p. 23).

Sendo assim, a partir do entendimento do autor, o que distingue o racismo de preconceito ou discriminação racial, é seu caráter sistêmico, não se limitando a um ato isolado, ou conjunto de atos, mas se categorizando por um processo, dialético, entre condições de subalternidade e de privilégio, constatemente atualizando sua forma e materialidade, de acordo com o contexto territorial e temporal no qual os grupos racializados se inserem.

Para entender como isso se dá de forma mais aprofundada, exploramos a conceitualização do autor acerca de racismo institucional e estrutural. Uma vez que a “dimensão do poder como elemento constitutivo das relações raciais, não somente o poder de um indivíduo de uma raça sobre outro, mas de um grupo sobre outro, algo possível quando há o controle direto ou indireto de determinados grupos sobre o aparato institucional” (ALMEIDA, 2019, p. 31).

No entanto, Almeida evidencia a importância de conceber as instituições como parte de um sistema mais amplo, inserido em uma estrutura social específica de forma que “a instituição tem sua atuação condicionada a uma estrutura social previamente existente – com todos os conflitos que lhe são inerentes –, o racismo que essa instituição venha a expressar é também parte dessa mesma estrutura” (ALMEIDA, 2019, p. 31).

Ou seja, nas palavras do autor: “as instituições são racistas porque a sociedade é racista.” Portanto, pensando em outras possibilidades de vivências aos grupos desprivilegiados em uma instituição o autor defende que “ Em uma sociedade em que o racismo está presente na vida cotidiana, as instituições que não tratarem de maneira ativa e como um problema a desigualdade racial irão facilmente reproduzir as práticas racistas já tidas como “normais” em toda a sociedade. É o que geralmente acontece nos governos, empresas e escolas em que não há espaços ou mecanismos institucionais para tratar de conflitos raciais e sexuais.” (ALMEIDA, 2019, p. 32)

Em conclusão, o entendimento pelo qual iremos abordar e analisar o racismo ao longo do texto, é de que “o racismo é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo ‘normal’ com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional. O racismo é estrutural” (ALMEIDA, 2019, p. 33).

1.3 Atenção Básica no Brasil e em São Paulo

Para entender as instituições e a estrutura social na qual o racismo se processa é necessário conhecer alguns marcos recentes na Atenção Básica no Brasil e em São Paulo. Primeiro, acerca de mudanças normativas em nível federal realizadas nos últimos anos, em especial a partir de 2017. Quanto às ameaças ao modelo assistencial da ESF (Estratégia Saúde da Família): A atualização da Política Nacional de Atenção Básica (PNAB, portaria nº 2.436, de 21 de setembro de 2017) teve como um de seus desdobramentos a extinção do credenciamento e financiamento federal aos Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF). O NASF “Os Núcleos Ampliados de Saúde da Família e Atenção Básica são equipes multiprofissionais, que atuam de forma integrada e apoiam os profissionais da Atenção Primária à Saúde, compartilhando práticas e saberes em saúde de forma a auxiliar as equipes no manejo ou resolução de problemas clínicos e sanitários e agregar práticas que ampliam o escopo de ofertas da APS (Atenção Primária em Saúde)” (SCHILLING, S. et al. 2021, p. 46). Configura assim, uma importante estratégia de trabalho interdisciplinar em apoio às equipes de saúde da família, potencializadora de ações de formação e intervenção, nas quais o conhecimento transcende os currículos individuais, sendo construído de forma horizontal e coletiva. Vale ressaltar que essas equipes priorizam a produção de cuidado longitudinal, não apenas, mas principalmente em grupos, de forma a construir vínculos e rede entre usuários. A alteração na PNAB não extingue os grupos interdisciplinares, mas retira o financiamento dos mesmos, desincentivando a sua implementação por parte das UBSs. Na mesma direção outras medidas, nos anos seguintes seguem o mesmo movimento de descaracterização da ESF, priorizando atendimentos individuais e atendimentos à demanda espontânea, em contraposição a atendimentos coletivos. Segundo Giovanella, Cassiano e Almeida (2020), essas alterações produzem ameaças à multiprofissionalidade das equipes, prioridade ao pronto atendimento e enfraquecimento da perspectiva territorial comunitária.

Outro marco relevante nesse processo foi a publicação do Programa Previne Brasil (Portaria 2.979, de 12 de novembro de 2019), que modifica o modelo de financiamento da Atenção Básica, associando o repasse financeiro para unidade à quantidade de usuários cadastrados no serviço, promovendo uma operacionalização com foco em cadastramento de novos usuários, em detrimento do acompanhamento de usuários já cadastrados. Seta, Ocké-Reis e Ramos (2021) registram a crítica de sanitaristas, conselhos estaduais de gestores municipais e do Conselho

Nacional de Saúde, os quais consideram-no de teor privatizante, mercadológico, seletivo e focalizado, em detrimento da universalidade preconizada pelo SUS.

Em consonância com as alterações feitas em nível nacional, o município de São Paulo também realizou modificações que repercutiram de modo a realçar o caráter fragmentado do cuidado nos serviços da Atenção Básica. Em 1º de Junho de 2022, foi estabelecida a portaria SMS nº 333, de 31 de maio de 2022 na cidade de São Paulo, que atualiza os indicadores de qualidade e produção e institui indicadores de monitoramento para os contratos de gestão celebrados pela Secretaria Municipal da Saúde com organizações sociais, bem como dispõe sobre o acompanhamento assistencial desses contratos. (São Paulo, 2022)

Os indicadores de produção são organizados através das metas mensais que estabelecem quantidade de consultas, atendimentos domiciliares e grupos, por categoria profissional e desconsideram indicadores de saúde do território.

Além da implementação da portaria que atualizou os critérios para as metas de produção, a partir de 10 de abril de 2023, com a publicação da portaria nº 199 no município de São Paulo, foi instituído o processo de acreditação UBS por meio da obtenção do selo de qualificação pela ONA. Trata-se de uma certificação de qualidade, implementada com o objetivo de avaliar os resultados do Projeto de Reestruturação e Qualificação das Redes Assistenciais da cidade de São Paulo "Avança Saúde São Paulo", cujo financiamento foi realizado junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento. No total, 340 UBS foram submetidas a esse processo de acreditação; os investimentos foram destinados tanto à infraestrutura das Unidades como para a capacitação dos trabalhadores (São Paulo, 2023).

1.4 Política Nacional de Saúde Integral da População Negra

A Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN), instituída pela portaria nº 992, de 13 de maio de 2009, é produto de reivindicações e articulações do movimento negro, com destaque para o protagonismo do movimento de mulheres negras nas décadas de 1980 e 1990. Eventos significativos para a construção dessa política foram a "Marcha Zumbi dos Palmares" em 1995, a criação, em 2003, da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

(SEPPPIR), a mobilização para a conferência de Durban de 2001 e a consequente agenda de compromissos internacionais "pós-Durban" (Araújo e Teixeira, 2022).

A referida política parte do princípio de que, para a concretização dos princípios do SUS, é necessário o "reconhecimento do racismo, das desigualdades étnico-raciais e do racismo institucional como determinantes sociais das condições de saúde, com vistas à promoção da equidade em saúde" (Brasil, 2013, p. 18). O seu objetivo geral consiste em "promover a saúde integral da população negra, priorizando a redução das desigualdades étnico-raciais, o combate ao racismo e à discriminação nas instituições e serviços do SUS" (Brasil, 2013, p.19).

Esse objetivo está ancorado no pressuposto de que as instituições, em seu funcionamento "normal", tal como descrito por Silvio Almeida, reproduzem o racismo presente na sociedade. Sendo assim, a PNSIPN busca promover e incentivar estratégias e ações que tratem a desigualdade racial como o problema que é, compondo também a instituição da saúde e por consequência o SUS em seu funcionamento.

Segundo Amma Psique e Negritude (2023, p. 29): "Uma década após a criação da PNSIPN, a partir dos dados do Perfil dos Municípios Brasileiros (MUNIC) de 2018 do IBGE, apenas 28% dos municípios incluíram no planejamento municipal de saúde ações previstas nesta Política e há monitoramento dessa implementação em menos de 3% dos municípios brasileiros" (Ferreira e Martins, 2019).

Ainda segundo dados do IBGE, em nenhum estado brasileiro os comitês de monitoramento da PNSIPN chegam a 10% e apenas 193 municípios adotam a política e possuem um comitê específico para monitorar, conduzir e coordenar ações. Destaca-se também a importância da participação da sociedade civil para que essa implementação se torne efetiva, pois se não houver monitoramento e participação popular, pode-se considerar que essa implementação ainda está em curso (Ferreira e Martins, 2019)

Oliveira (2021) mapeia as ações do ministério da saúde na aplicação da PNSIPN, e desenvolve uma análise de sua implantação entre os anos de 2017 a 2019. Acerca disso, desenvolve que "(...) o acesso da população negra aos serviços de saúde ainda se coloca como um grande entrave para o cuidado à saúde. Embora a ação de classificar e identificar as demandas de saúde de comunidades quilombolas seja uma importante estratégia, somente isso não garante diminuir as barreiras de acesso à saúde dessa população. É necessário que, além de classificar e identificar, sejam empregadas efetivas ações para o atendimento dessas demandas de saúde. (Oliveira 2021, p 89)"

Também sinaliza quanto a falta de ações relativas à saúde da mulher negra, no âmbito da mortalidade materna e da violência obstétrica. O mesmo vale para a violência letal contra a juventude negra.

Já no que tange a formação de profissionais da saúde quanto a PNSIPN e a temática étnico-racial, ressalta o desenvolvimento de cartilhas, cursos, oficinas, e vídeos de educação permanente, com foco em áreas de abordagem diversificadas. De toda forma, observa em termos percentuais “nenhuma das metas estabelecidas no PNS (Plano Nacional de Saúde)⁴ 2016 - 2019 foi alcançada” (Oliveira, 2021. p. 93).

A autora evidencia um marco de 2017, a Portaria MS n.º344, “que trata da obrigatoriedade do preenchimento do quesito raça/cor, nos formulários dos sistemas de informação em saúde” evidenciando que “No caso da população negra, a apresentação dos dados desagregados constitui-se como uma ferramenta essencial para evidenciar as iniquidades em saúde e, ainda, como elementos substanciais de denúncia e enfrentamento ao racismo institucional”.

O contexto nacional no qual se insere a PNSIPN é marcado por entraves como “o racismo pessoal e institucional, a falta de apoio político, de recursos humanos e de recursos financeiros e a inexistência de dados desagregados por raça/cor (Oliveira, 2021. p.98) “. Portanto, para o sucesso e efetivação da política, é necessário o comprometimento de gestores e técnicos, bem como o apoio de lideranças e movimentos sociais.

Oliveira (2021) conclui que há um esforço do MS na implementação da PNSIPN aos 12 anos de avanços e conquistas na aplicação de uma política que reconheça o racismo como determinante social de saúde. Ainda assim, enfatiza que “pelos dados de saúde da população negra, será necessária a adoção de maior empenho no desenvolvimento de ações estratégicas que contribuam efetivamente para o alcance dos objetivos estabelecidos (Oliveira, 2021. p.101).”

⁴ O Plano Nacional de Saúde é o instrumento norteador do planejamento do SUS, no qual são explicitadas as políticas e os compromissos de médio prazo do setor saúde, com vigência de quatro anos.

1.5 Aquilombamento

O conceito de aquilombamento a ser desenvolvido neste documento terá como centralidade as análises de Emiliano de Camargo David, em seu texto *Desnortear, aquilombar e o antimanicolonial: três ideias-força para radicalizar a Reforma Psiquiátrica Brasileira*. Para a construção da ideia-força de aquilombar, Emiliano parte de quatro autores: Abdias Nascimento, Clóvis Moura, Beatriz Nascimento e Mariléa de Almeida. Para os propósitos deste texto, abordarei os principais elementos desenvolvidos por apenas 3 desses autores, em diálogo com Emiliano e com as respectivas obras aqui citadas.

No livro *O Quilombismo* de Abdias Nascimento, o autor parte do entendimento de opressão a materialidade e a subjetividade dos corpos negros, a partir da violência estruturada desde a colonização até os dias atuais. Dessa forma a colonialidade se estabelece como ferramenta de destituição de humanidade e dignidade desses grupos.

Enquanto “esse movimento de vida (o quilombismo) não se deu apenas pelo corajoso ato da fuga, mas, acima de tudo, pela criação e organização de modos de sociedade livre. Modos estes que produzem a memória dos quilombos como formas simbólicas e subjetivas de movimento organizativo singular, que pode fomentar em diversas pessoas e grupos ideias-força de dignidade.” (David, 2024, p. 6)

O quilombismo então, é motor de produção e da recuperação da memória desses povos, para além daquela iniciada na violência e no tráfico transatlântico. Portanto, o sentimento quilombista se dá como forma de produzir a consciência negra, enquanto ferramenta de proteção desse psiquismo, dessa subjetividade violentada.

O quilombismo, movimento datado desde o século XV, não se dá da forma que a colonialidade escreve, apenas através da violência e da luta pela vida, mas principalmente, pela potência de vida, pela potência de criação de outras formas de vida em organizações de sociedade livre.

Abdias Nascimento trabalha com uma concepção de quilombo enquanto ideia simbólica, que extrapola tempos ou espaços fixos, com a potencialidade de se relacionar e associar em diferentes contextos, materializando-se em variadas formas. Para isso se vale do exemplo de uma essência associativa em relações religiosas, culturais, entre outras. Para tanto, é observável que o quilombismo se atualiza, de acordo com as demandas e possibilidades do tempo histórico presente, em forma de terreiros, escolas de samba, afoxés, irmandades, etc, sempre através do

“apelo psicossocial cujas raízes estão entranhadas na história, na cultura e na vivência dos afro-brasileiros” (Nascimento, 2023 p. 282).

Beatriz Nascimento, por sua vez, reescreve a palavra “quilombo”, criando um conceito simbólico para além de sua materialidade, a partir do quimbundo língua originada do povo banto, ao empregar a letra “k” em sua grafia: “kilombo”. A reescrita o define “Como história (intensamente) vivida, ele não interrompeu sua trajetória, estando arraigadamente infiltrado nas mentes dos indivíduos brasileiros” (Nascimento, p. 247). Da mesma forma que em Abdias Nascimento, a autora aqui aposta no componente da memória, enquanto possibilidade de enfrentamento ao colonialismo e de criação de outros modos de vida. Ela desenvolve também a ideia de aglutinação, enquanto unificação de uma luta, a qual promove relação e afetação, de forma não fixada. Essa ação aglutinativa do Kilombo, através da recuperação de sua identidade simbólica, promove uma consciência de pertença, uma ideologia comunitária de aceitação.

“Se o colonialismo promove a desagregação cultural, social e subjetiva do colonizado, a aglutinação repetitiva do quilombo, por sua vez, promove uma consciência de pertença, uma real ideologia comunitária, aceitação, singularização” (David, 2024, p. 7)

Esse componente aglutinativo, de unificação, é materializado por via da afetação, do axé.

Sobre Beatriz Nascimento, é importante trazer sua concepção acerca do que nomeou como “paz quilombola”. A autora foi essencial para o entendimento dos quilombos para além de um espaço de resistência e guerra, mas como um espaço também de criação de cultura, afetividade e vida.

“Entre um ataque e outro da repressão oficial ele (Quilombo) se mantém, ora retroagindo, ora se reproduzindo. Este momento chamaremos de ‘Paz Quilombola’, pelo caráter produtivo que o Quilombo assume como núcleo de homens livres, embora passíveis de escravidão” (NASCIMENTO, 2018, p.76).

A autora ainda vai além, projetando essa potência e sua atualização nos dias atuais, ao propor que talvez essa produção de vida, tenha sido mais ameaçadora à colonialidade, do que a própria guerra. “Esta paz está justamente nos interstícios da organização quilombola e sobre ela requer-se um esforço de interpretação maior, pela qual se ultrapassa a visão do quilombo como a história dos ataques da repressão oficial contra uma outra organização, que talvez na paz ameaçasse muito mais o regime escravocrata do que na guerra” (NASCIMENTO, 1976, p.76)

Seguindo a mesma direção, no livro *Devir quilomba*, Mariléa de Almeida explora uma série de reflexões sobre as dinâmicas sociais, políticas e culturais que permeiam as experiências e vivências

de mulheres quilombolas nos tempos atuais. O devir remete à ideia de vir a ser, de transformação e mudança. Quando associado ao termo "quilomba", evoca não apenas a resistência histórica dos quilombos, mas também uma feminização dessa resistência, que transcende a ideia de ser mulher para englobar modos de relação não masculinos. Essa feminização surge como contraposição ao modelo patriarcal de fazer política e viver, destacando a ética do cuidado de si, do outro e do espaço onde se vive como elementos fundamentais na construção de um devir quilomba.

Ao adentrar espaços de cuidado em saúde, a população negra encontra uma dimensão política nesse processo, reconhecendo os traumas causados pelos dispositivos racistas e sexistas, mas também englobam a capacidade de recriar potencialidades e reconstruir identidades coletivas.

As narrativas de mulheres quilombolas, como exploradas por Mariléa de Almeida, revelam práticas em devir quilomba que se constroem a partir de condições coletivas, solidárias e históricas. Mesmo diante do risco constante imposto pelos dispositivos de poder e morte racistas e sexistas, essas mulheres tecem relações pautadas pelos afetos e produzem devires políticos e subjetivos. Em suas lutas por liberdade e reconhecimento, produzem diferentes saberes e entendimentos que desafiam as estruturas de subordinação e hierarquização.

Essas mulheres negras não apenas resistem, mas também questionam as instituições, a ciência, as práticas e o poder. Recusam-se a reforçar alianças com o racismo patriarcal cisheteronormativo e, ao invés disso, buscam construir novos padrões de civilidade e justiça social. Suas trocas, escritas e narrativas de vida são expressões de uma resistência ativa e uma busca por transformação radical dos sistemas opressivos que permeiam suas realidades.

Portanto, o pensamento de Mariléa de Almeida nos convida a refletir não apenas sobre as experiências das mulheres quilombolas, mas também sobre as possibilidades de construção de um devir quilomba que transcenda as barreiras coloniais.

1.6 Identidade Racial e Negritude

A questão da identidade racial surge para essa pesquisa, a partir de uma vivência própria do exercício da profissão na área da saúde. Durante o processo de estágio no território da Brasilândia, um tema central foi a autodeclaração e a heteroidentificação racial. Tanto a ritualidade de uma roda de autodeclaração nos espaços do Kilombrasa e do Kilombra, quanto a Portaria MS n.º344, de 2017, que rege a obrigatoriedade da coleta do quesito cor nos sistemas de informação em saúde, produzem obstáculos à qualquer tentativa de desracialização.

Faço uma ressalva aqui, de que por conta das distinções entre o processo de autodeclaração negra e indígena, abordarei aquilo que é relativo a identidade racial negra, ou negritude, e que apesar das possíveis relações e analogias, não irei explicitá-las no presente documento.

Munanga desenvolve sua visão acerca da identidade racial, ou negritude, composta por duas facetas, ambas coletivizando a experiência racial, sem criar uma hegemonização dos grupos étnicos que a compõem. Segundo ele,

“A negritude e/ou identidade negra se referem a historia que o olhar do mundo ocidental ‘branco’ reuniu sob o nome de negros. [...] Na realidade, o que esses grupos humanos tem fundamentalmente em comum não é como parece indicar, o termo Negritude, a cor da pele, mas sim o fato de terem sido na história vítimas das piores tentativas de desumanização e de terem suas culturas não apenas objeto de políticas sistemáticas de destruição, mas, mais que isso, de ter sido simplesmente negada a existência dessas culturas” (Munanga, 2019, p.19)

Ou seja, é a partir das concepções de raça como constructo social e racismo estrutural que o autor funda sua concepção acerca da negritude, estabelecendo um paralelo de identificação a todos aqueles sobre quem o racismo, em suas variadas formas, incide.

Em antítese ao caráter negativo dessa análise, o autor afirma que

“a negritude deve ser vista também como afirmação e construção de uma solidariedade entre vítimas” (...) “deixou de ser presa do ressentimento e desembocou em revolta, transformando a solidariedade e a fraternidade em armas de combate” (Munanga, 2019, p.19)

Sendo assim, podemos retomar os conceitos de relação e associação propostos por Abdias Nascimento e Beatriz Nascimento, para conceber que a negritude enquanto autodeclaração de identidade racial, é o que permite a tomada de consciência de um indivíduo em se reconhecer em pé de relação com um outro, também violentado historicamente, e assim a abertura a aliança com

esse, como o próprio autor traz “Graças a busca de sua identidade, que funciona como uma terapia em grupo, o negro poderá despojar-se do seu complexo de inferioridade e colocar-se em pé de igualdade com os outros oprimidos, o que é uma condição preliminar para uma luta coletiva” (Munanga, 2019, p.18)

Já a heteroidentificação, tal qual abordam as trabalhadoras da saúde, ao falarem de usuários que não se autodeclararam negros, quando questionados no preenchimento do prontuário, abordam o primeiro caráter da conceitualização de Munanga. Estabelecendo que aquele usuário, se autodeclarando ou não desta forma, é objeto do processo de violência racial.

Portanto, tanto a autodeclaração quanto a heteroidentificação são elementos importantes de análise ao tratar de um usuário, não podendo uma se sobrepor nem desvalidar a outra.

No cotidiano do trabalho em saúde, um tema frequente, a ser abordado posteriormente, é a discrepância entre a autodeclaração de usuários negros e a heteroidentificação das trabalhadoras, ou seja, usuários que são vistos pelas trabalhadoras como negros, mas não se autodeclararam desta forma. Isildinha Baptista Nogueira, nos ajuda a entender este fenômeno, em seu livro *A cor do inconsciente*.

Uma das proposições elaboradas pela autora neste livro diz respeito à constituição da imagem do corpo negro, que através dos diferentes mecanismos e manifestações do racismo, é marcado pela inferioridade, pela animalização, enquanto esses corpos desejam a “brancura”, e o ideal de corpo branco, marcado pela superioridade, pelas virtudes, pelo que é ser humano. Nas palavras da autora “a rede de significações atribuiu ao corpo negro a significância daquilo que é indesejável, inaceitável, em contraste com o corpo branco, parâmetro de autorepresentação dos indivíduos.” (Nogueira, 2022, p. 66).

O negro é dilacerado pelos atravessamentos do racismo desde seu nascimento, sendo assujeitado, animalizado, violentado, por não ser branco. A autora explica que “[...]o sofrimento pela consciência da diferença do seu corpo em relação ao corpo branco faz emergir a negação e o ódio a seu próprio corpo: corpo negro.” (Nogueira, 2022, p. 118)

A convivência com esse ódio a si próprio é insuportável, e assim, “Resta ao negro (...) o desejo de recusar esse significante (da pele negra), que representa o significado que ele tenta negar, negando-se, dessa forma, a si mesmo, pela negação do próprio corpo.” (Nogueira, 2022, p. 120)”

Por conta disso, “À medida que o negro se depara com o esfacelamento de sua identidade negra, ele se vê obrigado a internalizar um ideal de ego branco.” (Nogueira, 2022, p. 116).

Entendemos assim, que o desejo pela identificação da “brancura”, é uma tentativa de se defender e fugir das violências características da sociedade racista, sejam elas, como vimos anteriormente, de caráter estrutural ou não.

No entanto, a autora alerta que independente dos recursos para desempenhar o auto embranquecimento, na prática “O que o olhar do outro lhe mostra, desse modo, é o que, no seu desejo, o sujeito negro recusa: o fato de que ele é a encarnação do significado ‘negro’, na medida em que ele traz no corpo o significante ‘negro.’” (Nogueira, 2022, p. Entende-se aqui, outro não apenas como outro indivíduo, mas como uma instituição também. Esse olhar do outro se apresenta de forma específica, dado que

“Nesses momentos, aquilo que o sujeito encontra no olhar do outro — a reprovação — assume o significado particular expresso na denominação e mostra o quanto aquela marca — a cor negra — que o sujeito negro, imaginariamente, crê poder esconder, neutralizar, está sempre lá.” (Nogueira, 2022, p.

Nogueira contribui para compreensão dos processos de identificação de pessoas negras, em diálogo com Munanga, é possível argumentar que a autodeclaração racial não serve apenas para coleta de dados quantitativos, mas também de forma qualitativa, no desenvolvimento da linha de cuidado de um usuário.

A informação de que um usuário identificado pela equipe como negro, e que se autodeclara de outra forma, pode contribuir para o entendimento da saúde mental deste usuário. Ao passo que este se distancia dos grupos étnicos e culturais com os quais poderia desenvolver relações de aliança e solidariedade, possivelmente por um processo histórico de sofrimento e destruição de sua identidade. E ainda, que apesar de suas tentativas, os indivíduos e as instituições o veem como negro, da mesma forma que as trabalhadoras, produzindo diversas violências e opressões raciais sobre as quais o sujeito não detém consciência.

Capítulo 2 - Inserção na Brasilândia

A Brasilândia é um território em que habitam aproximadamente 283 mil pessoas em 21 km², (Rede Nossa São Paulo, 2022). Segundo Galvão (2023, p.113) a região é caracterizada como um dos distritos da cidade de São Paulo com menor assistência estatal, produzindo significativa desigualdade social. Uma população majoritariamente negra, 10,4% preta e 40,2% parda (Rosa, 2020).

Rosa (2016) aponta que esse é um território constituído por coletivos e movimentos sociais, que lutam pela implementação de políticas públicas de assistência e cuidado à sua população, devido à baixa cobertura de serviços do Estado ofertada a essa região. Isso reflete também nas ações das trabalhadoras e trabalhadores que (...) compuseram, junto à participação popular, a luta pela implementação do SUS no território.

A PUC SP estabelece uma parceria com a Supervisão Técnica de Saúde da FÓ-Brasilândia (Vicentin *et al.*, 2020), o que situa a minha inserção nesse território como estagiário, durante o ano de 2023, em um CAPS e uma UBS, ambos no território da Brasilândia, o estágio na referida UBS ficou alicerçado em um coletivo existente no serviço, composto majoritariamente por trabalhadoras negras, articulado a um Fórum do território, denominado Kilombrasa.

2.1 Kilombrasa

O Kilombrasa, na mesma direção de outros movimentos e coletivos produzidos pelo território, se iniciou como um coletivo de trabalhadoras da Brasilândia, surgido em 2017, e em 2023 foi instituído como fórum. Ele é responsável por desenvolver uma série de ações que (...) visam a criar uma ponte entre as iniciativas comunitárias de afirmação negra do território com os serviços de saúde, em um processo de aquilombamento dos serviços. Pode-se dizer que o Kilombrasa se estabelece no lugar da encruzilhada, pois significa tanto a organização de profissionais com uma relação institucional, ao mesmo tempo que possui a autonomia de uma autogestão, aproximando-se de aspectos de um movimento social.

Para o coletivo, o conceito de aquilombamento é muito importante e significa a junção de pessoas que se fortalecem e assumem uma posição de resistência diante de opressões vividas e em busca de causas coletivas (Amma Psique e Negritude, 2023, p. 20).

O Fórum realiza mensalmente encontros temáticos e itinerantes no território da Brasilândia, com vistas a qualificar a implantação da PNSIPN. Em cada mês, um serviço diferente do território é responsável pela preparação e realização do encontro. Desta forma, o Kilombrasa se capilariza por variadas regiões da FÓ/Brasilândia, mobilizando territorialmente a rede do serviço responsável e aumentando a participação de trabalhadoras e usuárias nas discussões. A temática de cada encontro é alinhada com a agenda do território e do serviço responsável pela sua organização, interseccionando o determinante social da racialidade com outros marcadores, como por exemplo gênero, classe ou sexualidade.

Todo encontro é iniciado com uma roda de autodeclaração racial, na qual todes es presentes se apresentam com seu nome e autodeclaração. Essa prática, tem como um de seus objetivos, a implicação de cada pessoa quanto a sua própria identificação racial, impedindo que a branquitude se desracialize.

Com seu caráter rotativo e itinerante, o Kilombrasa é capaz de alcançar uma variedade de trabalhadoras e usuárias do território da FÓ/Brasilândia, com caráter formativo interseccional. Desenvolvendo pontes e alianças entre serviços do território que antes não se comunicavam, conectando a saúde, a educação, a assistência, a cultura, etc.

Ao longo de 2023, pude participar de 5 encontros do Kilombrasa além de propostas de articulação e representação do dispositivo, tais como a construção do evento de Julho, a participação em reuniões, e a apresentação do dispositivo em algumas atividades realizadas na PUC. Irei expor cada um dos encontros de forma sucinta a seguir, com exceção do encontro de julho, que irei expor de forma detalhada ao abordar o Kilombra.

O primeiro encontro que vivenciei foi na data de 05/05/2023, realizado na fábrica de cultura da brasilândia, marcado por oficinas de stencil, roda de jongo, e apresentação e discussão a partir do filme “Em busca de Judith” de Jessica Barbosa. Este encontro reuniu Kilombos de outros territórios de São Paulo, os quais serão mencionados mais a frente, com o intuito de preparação para o ato do 18 de maio, no dia da luta antimanicomial.

O encontro de 04/08/2023, teve como tema central a população em situação de rua, em interseccionalidade com raça. Nesse encontro as equipes de serviços do consultório na rua da brasilândia, se apresentaram e propuseram um resgate histórico das políticas de acesso aos serviços de saúde.

Também estive presente no evento de 01/09/2023, em que o tema era a interseccionalidade entre racialidade e acesso das pessoas com deficiência. Neste, foi debatido, dentre outros temas, acerca do acesso da população negra e indígena ao CER (Centro Especializado em Reabilitação), questionando os motivos de uma quantidade maior de usuárias brancas no serviço, em relação às negras. Além disso, dois grupos de usuários do serviço apresentaram, uma performance de dança e outra de canto.

O último encontro de 2023 ocorreu no dia 24/11, em que foram feitas diversas oficinas simultaneamente, entre elas, de dança circular, samba-rock, uma roda de conversa acerca de PICS afroreferenciadas, sobre plantas medicinais, oficinas de abayomi, roda de semaba, entre outras.

Nos encontros que pude participar, as oficinas e apresentações culturais, em sua maioria resgatando uma tradição própria do povo negro, compuseram formas eficientes de envolver todos presentes, compondo aprendizados e ensinamentos através do corpo e da afetividade. Da mesma forma, as discussões coletivas, em uma grande roda, foram marcadas por um caráter informativo de apresentação de serviços e consequente construção de rede entre equipes e serviços, bem como por um caráter formativo de compartilhamento de saberes. Não obstante, são frequentes os relatos de vivências individuais, contribuindo enquanto espaço de cuidado e acolhimento, e também de aprendizado a partir daquilo que é vivenciado seja por usuáries ou trabalhadoras do território.

Assim, entendo que as organizadoras do Kilombrasa apostam no aquilombamento enquanto tecnologia ancestral que se atualiza as demandas do tempo vigente, tal qual elaborado anteriormente, dessa forma a saúde é produzida e articulada através de afetividade e alegria, através do axé, tal qual conceitua Beatriz Nascimento, implicando todos presentes no processo.

A potência do Kilombrasa, como dispositivo que produz aquilombamento tal qual Abdias Nascimento concebe, para além do caráter de luta, como potência de vida, potência de criação de outras formas de vida em organizações de sociedade livre, se tornou mobilizadora inclusive de outros territórios. Segundo Galvão (2023) até julho de 2022, trabalhadoras de diversos territórios participavam da organização do Kilombrasa. Entendendo as singularidades de cada território, foi organizada uma descentralização e capilarização das potências do aquilombamento em saúde, formando assim o: Kilombo Leste; Kilombo Cachoeirinha Verde Limão; Kilombo Vila Maria; Kilombo Oeste; Kilombo Sul.

Aqui percebemos o caráter de aglutinação, conceituado por Beatriz Nascimento. O Kilombrasa, e os outros Kilombos mencionados, produzem a unificação intersetorial, interprofissional, juntamente com usuários e familiares, na construção de uma luta unificada, marcada pela diferença entre os indivíduos que a compõem, uma luta com o direcionamento ético-político da liberdade. Nessa unificação, indivíduos que foram historicamente segregados e isolados, seja por sua loucura, por sua identidade racial, ou por outro marcador social, se veem inseridos, incluídos, de forma a constituir um sentimento de pertencimento nos encontros do Kilombrasa, condizente com a proposta quilombada do grupo.

É a partir da potência contagiante do Kilombrasa que uma de suas ramificações começa a crescer. No ano de 2021, o Instituto AMMA Psique e Negritude - organização não governamental que desenvolve trabalho de identificação, elaboração e enfrentamento aos efeitos psicossociais do racismo - desenvolveu um projeto de supervisão institucional no território da Brasilândia com vistas a potencializar nas equipes a capilarização das discussões promovidas pelo Kilombrasa e seus efeitos para a efetivação da PNSIPN, a partir, sobretudo, da qualificação da coleta do quesito cor. Um dos pólos selecionados foi uma UBS, onde foram organizados encontros quinzenais, nas quais a supervisão ocorreu como dispositivo a serviço de um processo de formação continuada e de fomento de espaço de reflexão e análise sobre as tensões e conflitos relacionados ao reconhecimento da raça como determinante no processo de produção de saúde.

Em agosto de 2022, após o encerramento desse projeto, um grupo de trabalhadoras negras e brancas da UBS se fortaleceu para elaborar estratégias que pautem a temática da racialidade no território e no cotidiano do serviço, fazendo avançar a PNSIPN. Desse processo, surge o Kilombra.

2.2 Kilombra

Kilombra como efetivação da PNSIPN

Como mencionado acima, as reuniões do Kilombra foram realizadas mensalmente, no espaço da sala de reuniões das ACSs dentro da UBS, durante horário de trabalho da equipe, o que só foi possível devido ao apoio da gerente da Unidade, que sustentou a ausência dessas trabalhadoras

em outros espaços. Tanto a responsabilidade de coordenação das reuniões como a organização da pauta de discussão era partilhada entre as trabalhadoras, a preceptora e os estagiários.

Essas reuniões eram iniciadas com uma rodada de apresentação, na qual cada participante era solicitado a dizer seu nome, profissão e a autodeclaração racial, estratégia também adotada nos encontros do Kilombrasa e nas supervisões realizadas pelo Amma Psique e Negritude. O objetivo da autodeclaração foi de colocar as relações raciais em pauta, uma vez que o processo de reconhecer-se como racializada pode suscitar diversos relatos de vivências pessoais. Por exemplo, uma trabalhadora, que se identificou como negra, disse que vive um relacionamento interracial, do qual nasceu um filho negro e um branco e relatou como isso provoca comentários de outras pessoas que colocam em dúvida a sua maternidade; outro trabalhador, apesar de se identificar como pardo, disse que em sua certidão de nascimento foi heteroidentificado como branco e portanto, questionou se poderia fazer algo para alterá-la. Além disso, as trabalhadoras têm a oportunidade de se perceberem no lugar em que requisitam das usuárias quando solicitam a autodeclaração durante o preenchimento do prontuário.

A partir dessa proposta inicial, o conteúdo de muitas reuniões foi composto por relatos pessoais, explicitando vivências do ser negra em São Paulo e das relações de trabalho, marcadas por relações inter-raciais, tanto com usuárias, quanto com colegas de equipe. Esses relatos impulsionaram discussões e reflexões acerca do tema, nas quais o diálogo entre saberes teóricos e empíricos garantiu um espaço formativo sem hierarquias, possibilitando que todas as presentes ocupassem espaços de aprendizado e ensinamento, alternadamente.

Além do caráter formativo das reuniões, a dissolução de hierarquias dos saberes possibilitou um ambiente fértil para compartilhar angústias e sofrimentos pessoais, os quais puderam ser acolhidos e posteriormente analisados pelo grupo. Para isso, foi essencial que a escuta levasse em conta o determinante social da racialidade, juntamente com um ambiente de legitimação desses sofrimentos, historicamente invalidados. Desta forma, entendemos que “criar espaços para que as trabalhadoras(es) possam elaborar as questões que surgem nas ações realizadas possibilita que também recebam cuidado, e que, assim, possam oferecer cuidado e promover espaços de reflexão também para os usuários do serviço.” (Amma Psique e Negritude, 2023, p.36), e também que “a construção de espaços seguros e afetivos são importantes para que as discussões sobre as relações raciais tenham contornos que possibilitem a elaboração coletiva de sofrimentos e o

desdobramento em conscientização, não só de trabalhadoras(es) negras.” (Amma Psique e Negritude, 2023, p.45).

Organização do evento julho das pretas: linha de cuidado racializada e parceria com Educação

Uma das tarefas mais significativas para a parceria representada entre o estágio e o Kilombra foi a construção de um dos encontros do Kilombrasa. Por conta da itinerância do Kilombrasa, no mês de julho de 2023, a UBS foi a responsável pela organização do evento. Assim, durante dois meses, a reunião mensal do Kilombra teve como objetivo o planejamento desse encontro.

O caráter itinerante e intersetorial do Kilombrasa tem efeito polinizador, uma vez que encarrega um serviço a organizar um evento e propicia que toda a rede desse serviço seja acionada em sua produção. Desta forma, surge ou potencializa um espaço de aliança antirracista e de aquilombação na área em que será o evento, mobilizando profissionais de diferentes setores, e coletivos implicados com o tema.

Esse processo se expressou no trabalho intersetorial construído entre o Kilombra e o Centro Educacional Unificado (CEU), que está localizado nas proximidades da UBS e forneceu o espaço físico para a atividade. Ao longo dos meses de trabalho preparatório, foram realizadas reuniões entre as trabalhadoras do Kilombra, lideranças do Kilombrasa e trabalhadores do CEU, apoiadas pelo estágio. Desta forma, a realização do evento no espaço do CEU selou uma aliança na promoção da equidade racial no território, com destaque para o campo da infância e adolescência. As reuniões realizadas tiveram efeitos de formação quanto a práticas de aquilombamento na Educação e na Saúde, pois ambos os coletivos foram capazes de transitar entre a posição de educador e educando, resultando em novas pontes arquitetadas no olhar ao território por meio da parceria intersetorial.

Tendo em vista que em julho comemora-se o Dia Internacional da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha, a temática escolhida foi a reflexão sobre as maneiras de produzir uma linha de cuidado racializada, com ênfase na saúde da mulher negra e garantindo a integralidade do acesso à saúde. Logo, o grupo decidiu trazer elementos sensibilizadores acerca de diferentes faixas etárias, à luz do da valorização de mulheres negras e coletivos produtores de cultura, educação e saúde no território da Brasilândia. Sob essa perspectiva, no dia 07 de julho de 2023, uma série de discussões e atores foram mobilizados com a realização do evento intitulado “Kilombrasa: Julho das Pretas”.

O encontro, cumprindo uma tradição do Kilombrasa, iniciou com um café da manhã aquilombado e coletivo, no qual cada participante foi convidado a trazer alguma comida ou bebida. Assim, houve um momento inicial de trocas afetivas e conversa durante a refeição. Para a decoração do evento, foram impressos cartazes com imagens e uma breve biografia de lideranças femininas e negras, tanto do território como a nível nacional, como forma de afirmação da identidade e de visibilidade das contribuições das mulheres negras à sociedade.

A fala de abertura foi realizada em conjunto por trabalhadoras do Kilombra, pelo estágio e por trabalhadores do CEU. Foi celebrada a parceria firmada entre o CEU e a UBS, representada não apenas pelo uso do espaço físico, mas também através de convite para que o CEU apresentasse sua própria experiência com práticas antirracistas e aquilombamento. Antes da apresentação do CEU, houve a rodada de apresentação acompanhada da autodeclaração racial.

Uma das trabalhadoras do CEU fez uma apresentação sobre a experiência de racialização do currículo nas unidades educacionais que compõem o CEU. Ela destacou materiais que cumprem com a implementação da Lei nº 11.654 de 2008, que institui como obrigatória nas redes de ensino o trabalho com a história e cultura afro-brasileira e indígena.

Em seguida, para discutir a saúde da mulher negra e adulta, foi convidada uma artista que se autodeclarou como mulher preta para apresentar uma intervenção artística com enfoque no tema do aborto clandestino. Tratou-se de uma apresentação que misturou dança e declamação de poesia, com objetivo de denunciar a relação entre o racismo e a proibição do aborto, além da valorização da identidade negra do ponto de vista das mulheres. A seguir, para falar sobre a saúde da mulher negra e idosa, uma usuária da UBS, que se autodeclarou como mulher preta de 69 anos de idade, declamou poemas que retratavam sua experiência enquanto moradora do território.

Do ponto de vista dos efeitos que o Julho das Pretas produziu na Unidade, um dos destaques foi o estreitamento dos laços existentes entre a UBS e o CEU, o que evidencia potencial para a articulação intersetorial e a construção de rede entre os serviços, potência característica do aquilombamento. Embora já houvesse diálogo entre os serviços antes do evento, o trabalho foi importante para que houvesse, efetivamente, uma troca de experiências a respeito de práticas de aquilombamento, o que foi relevante para o fortalecimento mútuo, tanto do Kilombra, quanto do CEU. Além disso, foi possível explicitar as potências do território, em especial no âmbito da cultura, com apresentações que revelam a criatividade pulsante e combativa das mulheres negras da Brasilândia.

Após o evento de julho, as reuniões mensais do Kilombra tiveram uma redução considerável no número de participantes, por conta das demandas das metas de produção, da corrida para assegurar o cumprimento do processo de acreditação da ONA e por uma mudança no horário de reunião de duas das equipes de ESF que compõem o coletivo.

A partir do relato das ACSs sobre a dificuldade em abordar o tema da racialidade nas discussões com suas respectivas equipes, entendemos, enquanto coletivo, que o próximo passo para nós seria o de expandir as discussões raciais para toda a equipe da UBS e não somente para as técnicas e ACSs presentes no Kilombra.

Sendo assim, entre as ações de continuidade do estágio foi acrescentada a participação em reuniões de equipe, nas quais foi possível observar a interação entre a política de metas produtivista em curso na Atenção Básica, a persistência da centralidade do saber médico na discussão de casos e os efeitos produzidos pela branquitude. Os estagiários e a preceptora participaram de três reuniões, de equipes distintas. Em apenas duas das reuniões havia ACS do coletivo Kilombra.

Ao entrar no espaço das reuniões, o estágio reproduziu a metodologia adotada pelo Kilombra, propondo que todas se apresentem com a autodeclaração racial, o que é importante para demarcar o fato de que todos são racializados de alguma forma, ainda que não se reconheçam imediatamente em uma identidade específica. Nesse momento, foi comum surgirem relatos, dúvidas e reflexões sobre a própria racialidade.

Impasses na coleta do quesito raça-cor: Kilombra conduz um projeto de Educação Permanente

Outra questão apontada pelas trabalhadoras em todas as reuniões diz respeito às dificuldades enfrentadas na coleta do quesito raça/cor. A coleta do quesito raça/cor é um instrumento fundamental para a promoção da equidade no âmbito do SUS e de combate às iniquidades raciais. Como foi desenvolvido anteriormente, trata-se de uma das principais medidas presentes na PNSIPN, de caráter obrigatório e orientada pelo princípio da autodeclaração. Parte-se do entendimento de que a categoria da raça/cor, assim como outras, como gênero e classe social, interferem no curso do processo saúde-doença. Assim, a produção de dados epidemiológicos consistentes, que levem em conta os diferentes determinantes de saúde, permite elaborar

estratégias específicas de combate às desigualdades e fazer avançar o SUS enquanto uma política universal (Batista e Barros, 2017).

A obrigatoriedade da norma, contudo, não é suficiente para garantir a concretização da política. Os efeitos subjetivos do racismo, tais como os descritos anteriormente, produzem desafios e obstáculos relevantes no momento da coleta, tanto por parte dos usuários como dos trabalhadores. Destacamos três situações que expressam essas dificuldades.

A primeira diz respeito à reação das usuárias. Quando perguntam às usuárias qual cor se autodeclaram, diversas trabalhadoras relataram ouvir respostas em tom irritado ou de deboche, como “você não está vendo?”; “por que você está perguntando isso?” ou ainda “me fala você”. Relataram, também, que há usuárias que se recusam a responder, alegando se sentirem ofendidas pela pergunta.

Outra dificuldade frequente, diz respeito a casos em que usuárias se declaram de determinada cor, mas a trabalhadora que realiza a coleta a identifica como pertencente a outro grupo racial. Surgem exemplos frequentes de usuárias que se autodeclaram como brancas e a coletora a identifica como preta.

A terceira dificuldade refere-se à disparidade entre como os familiares ou cuidadores de uma criança a identificam, e como ela própria se identifica e declara. Uma trabalhadora, relata que no momento em que questionou a família sobre sua autodeclaração racial os genitores ficaram em silêncio, já a criança afirmou ser preta.

A partir da escuta desses relatos, e comprometido com a coleta do quesito cor como instituído pela PNSIPN, o coletivo Kilombra arquitetou duas estratégias de intervenção: a decoração da unidade e uma educação permanente.

A primeira, considerando que “A descoberta de ser negra é mais do que a constatação do óbvio [...] Saber-se negra é viver a experiência de ter sido massacrada em sua identidade, confundida em suas perspectivas, submetida a exigências, compelida a expectativas alienadas. Mas é também, e sobretudo, a experiência de comprometer-se a resgatar sua história e recriar-se em suas potencialidades” (Souza, 2021, p. 46).

Souza (2021) ajuda a entender que autodeclarar-se como negro é também se autodeclarar como vítima de violências raciais, e portanto, há uma dor em fazê-lo.

Ancoradas nessa noção, as integrantes do Kilombra produziram decorações durante o novembro azul, valorizando a estética negra, através de recortes de EVA e posteres com imagens e frases de

homens negros famosos. O intuito foi possibilitar identificações dos usuários com esses homens, invertendo o paradigma da identificação através da violência, para identificação através do afeto.

Já o projeto de Educação Permanente partiu da necessidade de ampliar as reflexões desenvolvidas acerca do tema para as demais trabalhadoras da Unidade, amparando-as na prática da coleta, e por consequência, aprimorando os dados obtidos pelo serviço.

Esse direcionamento foi ao encontro de uma demanda trazida pela equipe multidisciplinar da Unidade, que convocou o estágio para pensar esse projeto. Assim, em diálogos entre o coletivo, o estágio e a supervisão, surgiu a ideia de realizar uma formação na Unidade que sensibilizasse a equipe a partir de alguns pontos: desmistificar a ideia de democracia racial, explicitar o racismo como estrutural, e, portanto, estabelecer a PNSIPN como prática estrutural de combate à desigualdade de acessos.

Para atingir tal feito foi necessário acolher as resistências e temores expressas pelas próprias ACSs acerca do falar em público, como significações singulares, e ao mesmo tempo como um fenômeno comum a todas, dotado de particularidade. Ao colocar em questão a dificuldade da fala em público como fenômeno em comum, foi possível desvelar a composição do racismo como estrutura silenciadora de corpos negros, através da composição de identidades assujeitadas.

Nesse cenário, a resposta do coletivo Kilombra se deu através da própria noção de aquilombamento, ou seja, fortalecendo as ACSs individualmente ao escutá-las, e assumindo uma posição coletiva de enfrentamento às opressões silenciadoras. Assim, quando a primeira ACS concordou em assumir um papel de protagonismo, as próximas também o fizeram.

Retomando as observações do Julho das Pretas, optamos por incorporar no processo formativo uma sensibilização, de forma que o corpo da equipe se tornasse parte do processo de aprendizagem e mantivesse a atenção nos temas abordados. O recurso escolhido foi o “Jogo dos Privilégios”, por possibilitar uma representação visual acerca das desigualdades de acesso da população negra, independente de conquistas individuais.

Para realização do jogo, é necessário que todos os participantes fiquem de pé em uma linha imaginária, com espaço suficiente para conseguirem dar passos para frente ou para trás. Então, são feitas perguntas que indicam a existência de privilégios ou obstáculos colocados por diferentes marcadores sociais, a depender da posição social que a pessoa ocupa. Dessa maneira, ao final, é possível observar de maneira concreta os diferentes processos de discriminação e desigualdade a que as pessoas são submetidas. As perguntas foram construídas em reunião de planejamento, com

ênfase nas barreiras enfrentadas cotidianamente pelas pessoas negras no Brasil. Por fim, foram escolhidos dois vídeos para relacionar a sensibilização à coleta do quesito cor.

No dia 23 de novembro de 2023 a gerente da Unidade bloqueou a agenda da maior parte da equipe, garantindo a presença de grande quantidade de profissionais na educação permanente conduzida pelo Kilombra. Uma enfermeira, participante do coletivo, iniciou a coordenação da atividade com uma rodada de autodeclaração, e depois, apoiada pela preceptora, apresentou as diretrizes e objetivos da PNSIPN, seguida por 3 ACSs que coordenaram o Jogo dos Privilégios. Avançando, outra ACS desenvolveu a reflexão sobre o que foi observado na dinâmica, desmistificando a ideia de democracia racial. Por fim, surgiram diversas perguntas por parte da equipe acerca do tema. Entre vivências pessoais, uma ACSs contou sobre as relações inter-raciais em sua família, outros dois trabalhadores, um médico e uma ACS falaram sobre a política de cotas, por fim, a gerente fez uma fala, apoiando o coletivo. Nessa atividade foi possível observar a equipe investida na proposta: durante o jogo dos privilégios, o silêncio era acompanhado de comentários acerca das perguntas feitas, e na reflexão, a maior parte da equipe respondeu em consonância às perguntas feitas pela ACS.

Por conta desses elementos, pode-se considerar que a atividade conduzida pelo coletivo Kilombra alcançou seu objetivo de atingir mais trabalhadores da equipe da UBS. A atenção e participação da equipe demonstrou ser possível produzir um espaço de formação acerca da saúde da população negra e da coleta do quesito cor, em que as ACS sejam de fato escutadas.

Capítulo 3 - Resultados: Desafios e potencialidades a partir da leitura histórica e da observação dos processos produzidos

3.1 O combate ao racismo em contraposição aos processos de trabalho na atenção básica

No que tange à atenção básica, o conjunto de ações desempenhadas pelo Kilombra, planejado de maneira horizontal e coletiva, contando com apoio e sustentação do estágio de Psicologia, representa uma forma de resistência ao cenário de retrocessos no âmbito das políticas que regem a Atenção Básica. É interessante notar, por exemplo, que o papel desempenhado pelo estágio de Psicologia na sustentação e apoio ao espaço do Kilombra no desenvolvimento de ações para efetivação da PNSIPN é similar ao que fora designado originariamente aos NASF, isto é, o de elaborar estratégias coletivas que visam “ampliar a abrangência e o escopo das ações da APS [Atenção Primária à Saúde]” (Almeida e Medina, 2021, p. 12).

A própria necessidade de apoio ao Kilombra é uma decorrência do fortalecimento de um modelo de gestão pautado na produção de indicadores quantitativos arbitrários e desconectados das necessidades sociais produzidas nos territórios. Conforme destacado por Galvão (2023), evidencia-se: “(...) um processo de descontinuidade no que tange aos princípios básicos do SUS, o atual modelo de gestão preconiza metas e um serviço mais tecnicista, descaracterizando os serviços e as equipes de trabalho estruturalmente, reduzidas em número de profissionais, na precarização das relações de trabalho, assim como na fragilização dos atendimentos devido à sobrecarga de demandas e o baixo alcance territorial” (p. 210).

Na cotidianidade da Atenção Básica, as trabalhadoras têm de administrar seu tempo de trabalho priorizando as atividades exigidas de forma protocolar e rígida, visto que os indicadores de produtividade são estabelecidos para todo o município da mesma forma, não considerando a singularidade de cada território. Desta forma, as trabalhadoras são coagidas a priorizar a realização de um determinado número de procedimentos, em detrimento de desenvolver práticas que garantam a equidade, e a integralidade do cuidado ao usuário, em produções que não podem ser mensuráveis dentro dos parâmetros estabelecidos.

Foram reiteradas as vezes em que o trabalho de cuidado foi nomeado pelas ACSs e enfermeiras como “linha de produção” e que mais pessoas gostariam de estar presentes nas reuniões, mas foram impossibilitadas pela pressão de garantir a produtividade prevista nas metas. A sensação de

automatismo e falta de sentido vivido no trabalho produz uma situação generalizada de despotencialização dos espaços coletivos, ainda segundo Galvão (2023):

Também não é possível perder de vista como a gestão operacionalizada pelas OSS no território de São Paulo vem (re)produzindo uma lógica colonial que está resultando numa exploração da força vital e de trabalho das e dos profissionais de saúde. O cansaço, o desinteresse, o adoecimento e entristecimento vêm se tornando crescentes nesses espaços, corroborando para o seu definhamento. Caminha-se para um processo de privatização que visa atender o interesse empresarial das instituições, afastando-se, cada vez mais, de um projeto ético-político de atenção e cuidado. Desse modo, não podemos deixar de mencionar como isso reverbera diretamente nas pessoas assistidas por esses serviços, que estão encontrando cada vez mais dificuldades no acesso às políticas públicas” (pp. 224-225)

O autor traz à luz o aprofundamento das desigualdades de acesso ao direito à saúde como efeito do aprofundamento da lógica gerencial quantitativa e produtivista. Esse cenário se torna mais grave se considerarmos que essas desigualdades são fortemente atravessadas pelo determinante social da raça, visto que a maior parte dos usuários atendidos se autodeclara como negra.

A preocupação com as exigências estabelecidas pela portaria das metas e pelo processo de acreditação ONA marginalizam substancialmente a PNSIPN no cotidiano da UBS. As prioridades são estabelecidas exclusivamente na realização de procedimentos pontuais, em oposição aos princípios da ESF, que exigem a construção de espaços reflexivos e que garantam continuidade no cuidado, o que é essencial, como vimos, para enfrentar a complexidade de questões envolvidas na relação entre raça, racismo e saúde.

Ressalte-se que o espaço do Kilombra não serviu apenas para o planejamento e discussão de ações, mas também como lugar de fortalecimento mútuo das trabalhadoras frente a essas condições de trabalho e à necessidade de sustentar formas de resistência ao desmonte de uma perspectiva integral e territorial de cuidado na Atenção Básica. O relato sobre situações de racismo vivenciadas, seja durante o trabalho ou em outros contextos, encontra acolhimento e as emoções podem ser elaboradas de maneira segura, sem ameaças de desqualificação.

O Kilombra se estrutura no entendimento e enfrentamento ao racismo estrutural e institucional na saúde do território da Brasilândia e de São Paulo. Assim como o Kilombra, busca combater aquilo que no início do texto Silvio Almeida diz acontecer com governos, empresas e escolas que não dispõem de dispositivos institucionais para tratar das relações raciais ou de

gênero. O que chama a atenção, é que os momentos em que o Kilombra esteve mais esvaziado e despotencializado, foram durante os períodos de fiscalização da ONA e de enrijecimento das metas. Essas trabalhadoras estão em esforço contínuo por combater a estrutura de desigualdade racial e perpetuação do racismo na qual estão inseridas, através da garantia e efetivação de uma política consolidada em nível nacional, a PNSIPN, mas que como mencionada acima, encontra diversas barreiras e em termos percentuais não atingiu nenhuma das metas estabelecidas no PNS 2016 - 2019. Dessa forma, as políticas de metas e acreditação da ONA, não se estabelecem apenas como perpetuadoras de racismos estruturais, mas como sabotadoras de propostas que tentam combatê-lo, conseqüentemente, podem ser entendidas como estratégias racistas em sua materialidade.

3.2 Heteroidentificação e Autodeclaração

A partir dos conceitos abordados aqui e das experiências e trocas em campo, defendo que, em conjunto, autodeclaração e heteroidentificação, contribuem para o desvelamento dos sofrimentos e potencialidades de um usuário. Uma vez que o racismo, seja ele direto ou estrutural, opera pela via da heteroidentificação, independente de como um usuário se autodeclare, se a equipe o identifica como negro, entende-se que este é lido de forma semelhante pela sociedade, e portanto sua história deve ser marcada por violências raciais. É com isso que as trabalhadoras do Kilombra estão preocupadas ao trazerem o relato de que identificam uma usuária como negra, mas que ela não se autodeclara desta forma.

Nesse exemplo, podemos supor que as violências raciais na história destes indivíduos produziram um processo semelhante ao descrito por Isildinha Baptista Nogueira (2021), em que a possibilidade de autodefesa à essas violências, é de uma identificação com a “brancura”. No entanto, como a autora desenvolve, apesar das tentativas essa identificação é inatingível, e portanto desemboca em um processo de discrepância, entre como o indivíduo se vê e como o outro o vê. Processo esse que atualiza o sofrimento cada vez que algum outro o caracteriza como negro.

Sendo assim, por mais bem intencionada que seja a tentativa de explicitar a esse indivíduo que ele é sim negro, o que chega são violências dado que para este que busca a brancura, a palavra negro remete a aquilo que é indesejável, inaceitável, feio, negativo ou ainda vítima, inferiorizado,

marginalizado. Essa hipótese justificaria as reações irritadiças dos usuários, referidas pelas trabalhadoras, ao dizerem “você não está vendo?”; “por que você está perguntando isso?”.

Em resposta a isso, foi possível observar uma das potências tanto do Kilombra como do Kilombrasa. São muitos os exemplos que pude observar de ações neste sentido, de ambos os dispositivos, ao longo de um ano, por motivos de síntese, usarei as decorações realizadas para o novembro azul na UBS em que o Kilombra está inserido.

Ao racializar o novembro azul, mês de foco na conscientização e promoção da saúde do homem, as decorações produzidas com imagens de homens negros, como Nelson Mandela, Emicida, entre outros, provocam uma possibilidade de identificação com o significante “negro”, emergindo significados tais como “inteligente”, “carismático”, “eloquente”. Dessa forma, não é feita apenas uma inversão nos valores atribuídos ao que é ser negro, mas a UBS se torna um espaço de aquilombamento, em que o sentimento quilombista, tal qual categorizado por Abdias Nascimento (2023), se dá como forma de produzir a consciência negra, enquanto ferramenta de proteção desse psiquismo, dessa subjetividade violentada, de forma que as paredes da instituição dizem “aqui, se autodeclarar como negro, é se identificar com significados desejáveis”.

A potencialidade expressa aqui, entre outras coisas, permite que aquele usuário do exemplo mencionado, passe por um processo de ressignificação do que é ser negro, em comparação ao que é a branca, visto que isso não lhe chega como uma violência, mas como afetação simbólica e alegre.

Retornando a outras decorrências de uma análise que tome a autodeclaração e a heteroidentificação conjuntamente, outro ponto a ser abordado no mesmo exemplo, é relativo aquilo que Munanga em diálogo com Abdias e Beatriz Nascimento trazem como segundo caráter da negritude, a possibilidade, a partir da consciência racial, de desenvolver relações e alianças com outres, que foram historicamente violentados. Uma pessoa, que apesar de heteroidentificada como negra, não se autodeclara como tal, continua sofrendo com a exclusão provida pelo racismo institucional, direto ou estrutural. No entanto, não se inclui, através da tecnologia da negritude, em grupos ou relações com os outros que sofram o mesmo. Por conta disso, essa pessoa habita o mundo de forma ainda mais isolada.

Mais uma vez, são diversos os exemplos que caberiam aqui, para demonstrar a potencialidade seja do Kilombra ou do Kilombrasa em produzir uma resposta a esse sofrimento. Entre eles cito como exemplo, as rodas de jongo e de samba-rock, as quais possibilitam através do componente da

memória, tal qual citada pelas autoras que retratam o quilombamento, um resgate de tecnologias de afetação, de envolvimento, que incluem todos ali presentes no coletivo, coletivo este que dança uma produção dotada de historicidade negra. Expressando essa tecnologia do quilombismo, como coloca Abdias (2023), através do apelo psicossocial cujas raízes estão entranhadas na história, na cultura e na vivência dos afro-brasileiros. Como estão juntos ali membros de diferentes raças e etnias, a inclusão é tecnologia afrorreferenciada, que afeta independente de autodeclaração, possibilitando que aquele que é isolado se veja pertencente, em um espaço de valorização da identidade negra.

É justamente por isso, que as oficinas afrorreferenciadas bem como outras estratégias que recuperam e potencializam a produção de saberes negros nas instituições e serviços públicos, geram um espaço de inclusão e cuidado não restrito a população negra, mas a todos presentes. A tecnologia do quilombamento, tal qual constroem as autoras, é ancorada na inventividade negra, em direção à inclusão de quem fora oprimido e explorado, através da aliança e das relações. Assim, a importância da PNSIPN, em incentivar e promover tais intervenções, ressaltado nas diretrizes gerais III e IV da política:

“III – incentivo à produção do conhecimento científico e tecnológico em saúde da população negra;

IV – promoção do reconhecimento dos saberes e práticas populares de saúde, incluindo aqueles preservados pelas religiões de matrizes africanas;” (Brasil, 2013, p. 31)

Importante ressaltar também, que é a partir da obrigatoriedade da autodeclaração racial nos serviços de saúde, relativa a PNSIPN, que as análises relativas a autodeclaração e heteroidentificação são possíveis.

Considerações Finais

Os conceitos de quilombamento em diálogo com identidade racial possibilitam o aprofundamento nas relações raciais estabelecidas dentro da instituição da saúde, e dos serviços inseridos nela. A partir da construção da identidade racial em uma sociedade marcada por racismos estruturais, ser negro é posto como um conjunto de características negativas e inferiorizantes, ao passo que as estratégias de quilombamento produzem novas significações, inclusivas, potentes, revolucionárias.

Assim, é possível criar hipóteses acerca das discrepâncias entre a autodeclaração e a heteroidentificação de um usuário, e munido dessas ferramentas, Kilombra e Kilombrasa propõem estratégias de cuidado para com esses usuários.

Os dispositivos Kilombra e Kilombrasa emergem como estratégias de quilombamento na área da saúde, resgatando saberes e potências negras ao produzir saúde. Ambos geram espaço para novos aprendizados, a partir da execução e experimentação, entre essas, o destaque ao quesito cor, e as possibilidades de análise a partir dos conceitos de autodeclaração e heteroidentificação. A PNSIPN enfrenta obstáculos à sua efetivação plena, mas indica conquistas importantes, que sustentam trabalhos como o dos dispositivos citados. A partir dos conceitos de racismo estrutural e institucional é possível desvelar a política de metas da SMS e a acreditação da ONA, ambas servindo a retrocessos e obstáculos para as ações do Kilombra e do Kilombrasa, e portanto a efetivação da própria PNSIPN.

Citações

ALMEIDA, S. L. DE. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro Pólen, 2019. 264 p.

AMMA PSIQUE E NEGRITUDE. **Equidade racial no SUS**: cumprimento da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN) e fortalecimento da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS). Centro de Formação e Pesquisa AMMA Psique e Negritude, 2023. Disponível em: <<https://shre.ink/Qdae>> Acesso em: 10 nov. 2023.

ARAÚJO, M. V. R. DE .; TEIXEIRA, C. F. DE S.. Concepções de saúde e atuação do Movimento Negro no Brasil em torno de uma política de saúde. **Saude Soc**, São Paulo, v. 31, n. 4, p. 1-12, 2022.

ATLAS DA VIOLÊNCIA. **Plataforma Atlas da Violência v. 2.7**. Rio de Janeiro, RJ: IPEA, 2019. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/filtros-series/3/violencia-por-raca>. Acesso em: 20 nov. 2023.

BASTOS, M. C. C.; ARAÚJO, E. M. D. Atenção Básica e saúde da população negra. *In*: CORDEIRO, R. C.; OLIVEIRA, W. L. G. DE; VICENTINI, F. (org.). **Saúde da população negra e indígena**. Cruz das Almas: EDUFRB, 2020. p. 81-106.

BATISTA, L. E.; BARROS, S.. Enfrentando o racismo nos serviços de saúde. **Cad Saude Publica (Online)**, Rio de Janeiro, v. 33, n. 13, e00090516, 2017. DOI 10.1590/0102-311X00090516. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00090516>. Acesso em: 4 dez. 2023.

BISPO, Antônio dos Santos. *A terra dá, a terra quer*/Antônio Bispo dos Santos; imagens de SantídioPereira. São Paulo: Ubu Editora/PISEAGRAMA, 2023. 112 p

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. *Política Nacional de Saúde Integral da População Negra: uma política para o SUS*. 2. ed. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2013. 36 p.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. <<https://www.gov.br/saude/pt-br/aceso-a-informacao/gestao-do-sus/instrumentos-de-planejamento/pns>>. Acesso em: 23 maio. 2024.

David, Emiliano de Camargo, Vicentin, Maria Cristina Gonçalves e Schucman, Lia Vainer. Desnortear, aquilombar e o antimani|colonial: três ideias-força para radicalizar a Reforma Psiquiátrica Brasileira. *Ciência & Saúde Coletiva* [online]. 2024, v. 29, n. 3 [Acessado 28 Abril 2024], e04432023. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1413-81232024293.04432023>>. <https://doi.org/10.1590/1413-81232024293.04432023EN>. Epub 04 Mar 2024. ISSN 1678-4561. <https://doi.org/10.1590/1413-81232024293.04432023>.

GALRÃO, H. A. S. **O KilomBrasa**: processos de um coletivo antirracista nos serviços de saúde da FÓ/Brasilândia. 2023. 244 p. Dissertação (Mestrado em Psicologia: Psicologia Social) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia: Psicologia Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2023.

GIOVANELLA, L.; FRANCO, C. M.; ALMEIDA, P. F. DE. Política Nacional de Atenção Básica: para onde vamos?. *Cienc saude coletiva (Online)*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 4, p. 1475-1482, 2020. DOI 10.1590/1413-81232020254.01842020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232020254.01842020>. Acesso 24 nov. 2023.

Nascimento A. O quilombismo: documentos de uma militância pan-africanista. São Paulo, Rio de Janeiro: Perspectiva, Ipeafro; 2023.

NASCIMENTO, Beatriz, 1942-1995. Beatriz Nascimento, Quilombola e Intelectual: Possibilidade nos dias da destruição. *Diáspora Africana*: Editora Filhos da África, 2018.

Nascimento MB. Historiografia do quilombo. In: Nascimento MB. Beatriz Nascimento, quilombola e intelectual: possibilidade nos dias da destruição. São Paulo: Editora Filhos da África; 2018. p. 125-165.

NOGUEIRA, Isildinha Baptista. A cor do inconsciente: significações do corpo negro. Editora Perspectiva S/A, 2021.

OLIVEIRA, Priscila. **Política Nacional de Saúde Integral da População Negra: análise das ações e perspectivas para o alcance da equidade no SUS.** 2021. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) - Programa de Pós-Graduação em Gestão de Políticas Públicas, Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2021.

SÃO PAULO. Secretaria Municipal de Saúde. **Portaria SMS 333, de 31 de maio de 2022.** Diário Oficial do Município de São Paulo, São Paulo, SP, 2022. Disponível em: <https://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/portaria-secretaria-municipal-da-saude-sms-333-de-31-de-maio-de-2022>. Acesso em: 13 nov. 2023.

SÃO PAULO. Secretaria Municipal de Saúde. **Portaria SMS 199, de 10 de abril de 2023.** Diário Oficial do Município de São Paulo, São Paulo, SP, 2023. Disponível em: <https://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/portaria-secretaria-municipal-da-saude-sms-199-de-10-de-abril-de-2023>. Acesso em: 13 nov. 2023.

SCHILLING, S. et al. Debate acerca do novo financiamento da APS: um relato de experiência. *Rahis*, v. 18, p. 41-54, 2021.

SETA, M. H. D.; OCKÉ-REIS, C. O.; RAMOS, A. L. P. Programa Previne Brasil: o ápice das ameaças à Atenção Primária à Saúde? **Cienc saude coletiva (Online)**, Rio de Janeiro, v. 26, p. 3781–3786, 2021. DOI 10.1590/1413-81232021269.2.01072020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232021269.2.01072020>. Acesso em: 24 nov. 2023.

SOUZA, N. S. **Tornar-se negro ou As vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social.** 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2021. 179 p.